

Assembleia Municipal promove vigília pela Ucrânia

: 02/03/2022

A Assembleia Municipal de Ílhavo agendou para esta quinta, às 21h, a realização de vigília pela libertação da Ucrânia.

Além da tomada de posição política, a AMI quer envolver os cidadãos nesta manifestação pela paz.

Convida a comunidade Ilhavense, bem como a comunidade ucraniana residente no Município, a participar numa vigília, a ter lugar, esta quinta-feira, pelas 21h00, nas galerias laterais ao edifício da Câmara Municipal de Ílhavo.

“Será um momento de reflexão, de solidariedade e de apelo à Comunidade Internacional, nomeadamente à ONU, à União Europeia, à NATO e, obviamente, ao Estado Português, para uma união de esforços concreta, consistente, forte, eficaz e imediata para que a Ucrânia e os Ucranianos não sejam deixados à sorte dos efeitos devastadores de uma guerra e da repressão da Rússia”.

Aos participantes sugere que se façam acompanhar de uma vela, de algo com as cores azul e amarela (identificadoras da bandeira ucraniana), de mensagens de solidariedade para com a Ucrânia e de alimentos não perecíveis, roupas e brinquedos que, por sua vez, serão encaminhados para os vários centros de refugiados, localizados nos países próximos, através de ações que já estão em curso no Município.

“Contamos com a presença de todos, com a presença dos cidadãos ucranianos da nossa comunidade e dos cidadãos russos que não se revêm neste conflito”

A Assembleia Municipal de Ílhavo aprovou, por unanimidade, uma Moção de condenação do ataque à Ucrânia e de Solidariedade para com o Povo Ucraniano.

Condena o que diz ser o “vil e intolerável ataque das forças militares da Rússia a um Estado soberano, livre e independente desde 25 de dezembro de 1991, como é a Ucrânia”.

O voto é subscrito por Mesa da Assembleia, Câmara, Presidentes de Junta e grupos parlamentares.

Defende que a Ucrânia e o seu Povo “têm toda a legitimidade para escolherem os destinos e a governação do seu país” e considera “inaceitável que qualquer fundamento ideológico, geopolítico e geoestratégico ou, ainda, ditatorial e imperialista coloque em causa os mais elementares princípios da Carta das Nações Unidas (assinada a 26 de Junho de 1945) e do Direito Internacional, a soberania e independência de um Estado, mas, principalmente, a sobrevivência e a vida de milhares de cidadãos que pretendem definir e assegurar o seu caminho como Nação e a sua vida enquanto comunidade”.

A AMI pede compromisso da Comunidade Internacional, nomeadamente à ONU, à União Europeia, à NATO e, obviamente, ao Estado Português, para uma “uma união de esforços concreta, consistente,

forte, eficaz e imediata para que a Ucrânia e os Ucrânianos não sejam deixados à sorte dos efeitos devastadores de uma guerra e da repressão tirânica da Rússia”.

Formula ainda o desejo de que os portugueses continuem a “manifestar o seu espírito acolhedor e a sua identidade hospitaleira para receberem, entre nós, todos os Ucrânianos que necessitem de refazer a sua vida e renovar a esperança de um regresso a uma Ucrânia livre e tranquila”.